



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 20/2020**

Período: 13/06/2020 - 19/06/2020

**GEDES – UNESP**

- 1- General Ramos negou possibilidade de golpe militar e solicitou aposentadoria para se dedicar à articulação do governo
- 2- Ministro do STF emitiu decisão delimitando o uso das Forças Armadas
- 3- Bolsonaro publicou nota reagindo à decisão de ministro Fux sobre as Forças Armadas
- 4- Exército alegou preocupação econômica ao reduzir o controle de armas
- 5- Periódicos analisaram a participação de militares no governo Bolsonaro
- 6- Colunista comentou assinatura e revogação de decreto que permitia ao Exército operar aeronaves
- 7- Periódico comentou sobre a militarização do Ministério da Saúde
- 8- Ex-ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional durante governo Cardoso comentou sobre a atuação das Forças Armadas

### 1- General Ramos negou possibilidade de golpe militar e solicitou aposentadoria para se dedicar à articulação do governo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Luiz Eduardo Ramos, ministro chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, afirmou em entrevista à revista *Veja* que uma intervenção militar estaria descartada, sendo "ultrajante e ofensivo dizer que as Forças Armadas, em particular o Exército, vão dar o golpe, que as Forças Armadas vão quebrar o regime democrático" e que "o próprio presidente nunca pregou o golpe". Entretanto, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma entrevista Ramos também afirmou que a oposição não deve "esticar a corda" e criticou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por seu suposto viés político em julgar o pedido de impugnação da chapa Bolsonaro-Mourão. O general disse ainda que, após conversar com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e com o comandante do exército, general Edson Leal Pujol, tomou a decisão de pedir sua aposentadoria, passando à reserva para "se dedicar à articulação do governo" e por julgar que "não tenho o direito de estar aqui como ministro e haver qualquer leitura equivocada de que estou aqui como Exército ou como general". (*Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/20; O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/20*)

### 2- Ministro do STF emitiu decisão delimitando o uso das Forças Armadas em resposta a ação do PDT

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux proferiu decisão liminar sobre o uso das Forças Armadas pelos

poderes constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário), em resposta à ação movida pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra "eventual intervenção militar". No texto, o ministro afirmou que "a chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes". De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, no que diz respeito ao artigo 142 da Constituição Federal, Fux afirmou que a garantia da lei e da ordem prevista no texto "presta-se ao excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública interna" e que estaria "sujeita ao controle permanente dos demais poderes", eliminando a interpretação de que as Forças Armadas poderiam atuar como "poder moderador". (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/20; O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/20; O Estado de S. Paulo – Política – 15/06/20)

3- Bolsonaro publicou nota reagindo à decisão do STF sobre as Forças Armadas  
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux sobre o papel das Forças Armadas, o presidente da República, Jair Bolsonaro, publicou nota assinada conjuntamente pelo vice-presidente, general Hamilton Mourão, e pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, a respeito do assunto. Na nota afirmou-se que "as Forças Armadas do Brasil não cumprem ordens absurdas, como por exemplo a tomada de poder. Também não aceitam tentativas de tomada de poder por outro Poder da República, ao arrepio das leis, ou por conta de julgamentos políticos". Ainda segundo o jornal, o texto apontou que o ministro Fux, em sua decisão, "bem reconhece o papel e a história das Forças Armadas sempre ao lado da democracia e da liberdade", mas reforça que elas "estão sob a autoridade suprema do presidente da República, de acordo com o artigo 142 da Constituição Federal" e que "destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". De acordo com a *Folha*, Mourão afirmou ao periódico no dia 13/06/2020 que "não existem militares fardados dando declarações políticas e participando de manifestações", e que por isso "as Forças Armadas se mantêm firmemente disciplinadas". Segundo a *Folha*, esse posicionamento por escrito foi uma resposta à reportagem sobre a nota oficial publicada. Segundo o jornal, ao ser questionado, Mourão afirmou que as Forças Armadas estão quietas, cumprindo sua missão constitucional e "defendendo a integridade do território e do patrimônio nacional nas fronteiras isoladas e na Operação Verde Brasil 2". (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/20; Folha de S. Paulo - Poder - 14/06/20)

#### 4- Exército alegou preocupação econômica ao reduzir o controle de armas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um ofício em resposta à ação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) que pediu a restauração das portarias 40, 60 e 61, que facilitavam o rastreamento de armas e munições e foram revogadas em abril por ordem do presidente da República, Jair Bolsonaro. No documento afirmou-se que a obrigatoriedade da marcação de canos e embalagens poderia "inviabilizar economicamente as atividades dos setores", gerando questionamentos de empresas e de Clubes de Caçadores, Atiradores e Colecionadores. Ainda de acordo com *O Estado*, o Exército se manifestou publicamente a respeito, afirmando que as portarias foram revogadas para aperfeiçoar a redação e dirimir

“questionamentos” recebidos da “sociedade em geral” e da “administração pública”. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/20)

#### 5- Periódicos analisaram a participação de militares no governo Bolsonaro

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, Christian Edward Cyril Lynch, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, comentou sobre a presença de militares no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. De acordo com Lynch, durante o primeiro ano de governo os militares tiveram um papel subalterno dentro da coalizão governamental, enquanto havia maior participação de aliados “reacionários” e neoliberais. Contudo, em fevereiro de 2020, após a nomeação do general Walter Souza Braga Netto como ministro da Casa Civil, houve a crença por parte dos militares que eles teriam chegado ao poder e seriam responsáveis por ele. Segundo Lynch, essa ideia leva o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, a apresentar o governo como “centro-direita”. Além disso, Lynch inferiu que os militares relutam em abandonar o governo Bolsonaro pois acreditam que seu suposto carisma lhes garante administrar sem ocupar diretamente a Presidência, o que traria problemas à instituição, e porque Mourão teria uma menor capacidade de conter as “forças anárquicas da sociedade”. De outro lado, Lynch afirmou que os generais estariam subestimando Bolsonaro, pois quem de fato teria vantagem nessa troca seria o presidente. De acordo com o professor, no projeto de Bolsonaro não existe espaço para o Exército Brasileiro, pois o presidente sonha com um “povo armado”. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Alcides Costa Vaz, professor da Universidade de Brasília e presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), afirmou que os militares presentes no governo Bolsonaro falham ao tentar levar para cargos políticos a lógica da hierarquia militar. Vaz acredita que a militarização de postos do alto escalão do governo seja uma anomalia e que isso reforçaria o personalismo do governo. De outro lado, em relação à interpretação de que a Constituição permite uma intervenção militar sobre os demais Poderes, Vaz declarou que não caberia só ao STF condená-la, mas também ao Ministério da Defesa. Contudo, as posições do ministro da Defesa e de outros militares sobre essas questões perpetuam a insegurança em relação à uma intervenção. Ademais, Vaz comentou a convivência dos militares com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que em sua opinião foram “quase sempre exemplar”. O presidente da ABED também afirmou que em relação à presença de militares no governo, não há justificativa para dizer que estes seriam melhor qualificados tecnicamente do que os civis, podendo resultar em prejuízos às Forças Armadas - incluindo a perda de credibilidade e a não priorização de projetos estratégicos. (Folha de S. Paulo - Opinião - 14/06/20; Folha de S. Paulo - Poder - 14/06/20)

#### 6- Colunista comentou assinatura e revogação de decreto que permitia ao Exército operar aeronaves

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari comentou a decisão do presidente da República, Jair Bolsonaro, de autorizar um decreto que concedia ao Exército a permissão de operar aeronaves de asa fixa e revogá-lo na semana seguinte. O jornalista lembrou outros momentos em que houve a tentativa de atribuir ao Exército ou à Marinha a possibilidade de operarem aeronaves, como por exemplo em 1964, na gestão do presidente

Castello Branco, a primeira do regime militar (1964-1985). Segundo Gaspari, a Força Aérea Brasileira (FAB) “não gosta da ideia de aviões com a Marinha ou com o Exército”, e questionou que, se Bolsonaro fosse melhor assessorado em assuntos militares, saberia que o decreto assinado em 02/06/20 tratava de um assunto polêmico. Por fim, o jornalista ironizou que, já que Bolsonaro nomeou um militar da ativa para o Ministério da Saúde, deveria ter um médico para aconselhá-lo na área militar. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/06/20)

#### 7- Periódico comentou sobre a militarização do Ministério da Saúde

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ministro interino da Saúde, general de divisão Eduardo Pazuello, nomeado após a exoneração de Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, não possui experiência no setor mas faz parte do chamado “banco de talentos do Exército”, ao qual Bolsonaro recorre quando precisa de alguém para resolver problemas. Pazuello tem enfrentado segmentos da saúde e recebe críticas por atrasar e dificultar o acesso a dados referentes à pandemia do novo coronavírus. De acordo com o jornal, os militares têm tentado, desde o fim do regime militar construir uma imagem de técnicos que atuam com números, porém é o contrário do que faz Pazuello. O ex-ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, comentou que Pazuello não assumiu o cargo como uma indicação do Exército, mas escolhido por Bolsonaro pelo seu perfil de “gestor eficiente”. Segundo *O Estado*, Pazuello teria militarizado a saúde ao nomear 20 militares da ativa como seus assessores. (O Estado de S. Paulo - Perfil - 14/06/20)

#### 8- Ex-ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional durante governo Cardoso comentou sobre a atuação das Forças Armadas

Na coluna Espaço Aberto do periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, general Alberto Mendes Cardoso, comentou sobre as Forças Armadas serem uma instituição de Estado e não de governo, bem como sua missão constitucional de “instituições nacionais permanentes”. Cardoso resgatou elementos históricos para explicar a relação entre Exército e Estado, afirmando a predisposição dos militares como “corresponsáveis pelos destinos do País”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 19/06/20)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).